



**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 ARIARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
 CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

ID CidadES/TCE/ES: 2026.500E0600023.01.0026

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por meio do SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, doravante denominado SEJUS, com sede na Avenida Governador Bley, nº 236, 11º andar, Edifício Fábio Ruschi, Centro, Vitória/ES, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERTO DE PORTAS** conforme processo E-Docs nº **2025-V95GM**, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023, do Decreto Estadual nº 5.354-R/2023, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A licitação ocorrerá por meio do **Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES**, cujo endereço eletrônico é <https://portalsiades.es.gov.br/>.

1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS

1.1 - O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de materiais de consumo para conserto de portas, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2 - A licitação será dividida em lotes (grupos), formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Anexo I deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem cada grupo.

1.3 - Os preços máximos admitidos para a presente licitação conforme o que consta no Anexo I deste Edital:

Lote 1 - R\$100.758,30 (cem mil e setecentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos);

Lote 2 - R\$410.656,51 (quatrocentos e dez mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos);

Lote 3 - R\$21.195,05 (vinte e um mil e cento e noventa e cinco reais e cinco centavos);

Lote 4 - R\$494.947,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil e novecentos e quarenta e sete reais); e

Lote 5 - R\$521.622,62 (quinhentos e vinte e um mil e seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos).

1.4 - Data de Início do Acolhimento das Propostas: 15 de maio de 2026; às 09h.

1.5 - Data do Fim do Acolhimento das Propostas: 28 de maio de 2026; às 09h50min.

1.6 - Data da Abertura das Propostas: 28 de maio de 2026; às 10h00.

1.7 - Data da sessão pública: 28 de maio de 2026; às 10h05min.





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 GABINETE DE ESTADO DA JUSTIÇA
 SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

3.7 - Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.3 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.4 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.5 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.6 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.7 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.7.8 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

3.8 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 ARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
 CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1 - Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento ocorrem antes da fase de habilitação.

4.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

4.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparadas, ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021.

4.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas, a assinalação do campo “não” produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar 123/ 2006.

4.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

4.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

4.7.1 - Após a abertura da sessão pública, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, sob pena de aplicação das penalidades legais.

4.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, considerando no máximo 02 (duas) casas decimais, inclusive na etapa de lances dos campos indicados.

5.1.1 - Os licitantes deverão preencher os campos referentes ao prazo de entrega e de validade da proposta, podendo inserir qualquer valor numérico, uma vez que não serão utilizados para julgamento da proposta, tendo em vista que o licitante arrematante do certame estará vinculado as condições e os prazos estipulados neste Edital e seus anexos.





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 ARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
 CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

5.1.2 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 - O licitante arrematante deverá indicar a marca e modelo do produto oferecido na proposta inicial registrada no sistema, podendo modificá-los quando da apresentação da proposta final ajustada de que trata o item 8.1.

5.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á pelo Pregoeiro, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 - Todas as propostas apresentadas pelos participantes serão recebidas e registradas pelo sistema como classificadas para a disputa e encaminhadas para etapa de lances.

6.2.1 - Em nenhuma hipótese, o Pregoeiro poderá desclassificar da disputa uma proposta antes da fase de julgamento.

6.3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4.1 - Na hipótese de nenhuma proposta inicial ser ofertada, o sistema encerrará, automaticamente, a fase e irá registrar em ata e indicar que o item ou grupo de itens foi declarado deserto.



**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

6.4.2 - Na hipótese de comparecer apenas um licitante na fase de lances, o sistema encerrará, automaticamente, a fase e iniciará a etapa de negociação.

6.5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor global do grupo (lote) de itens.

6.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)**.

6.9 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final crescente de classificação.

6.12 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

6.12.3 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 6.12.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final crescente de classificação.

6.13 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 - Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final crescente de classificação.

6.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.16 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 ARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
 CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

7 - DO ENCERRAMENTO DA FASE DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

7.1 - Encerrada a fase de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas participantes em itens ou grupos de itens “não exclusivos”, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

7.1.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.1.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a convocação automática para tanto.

7.1.3 - Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances, o Pregoeiro deverá informar aos licitantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior.

7.1.4 - Caso a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.1.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual ou equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.2.1 - Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

7.2.2 - Esgotados os critérios de desempate previsto em lei, o desempate poderá ocorrer por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.3 - Em seguida, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante arrematante, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.



**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

7.3.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3.2 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.4 - Na hipótese de o licitante arrematante permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

7.4.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante arrematante, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.5 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 - Encerrada a negociação, o Pregoeiro solicitará ao licitante arrematante que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta final, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os Dados Complementares, observando os modelos anexos a este Edital.

8.2 - Ato contínuo, o Pregoeiro verificará se o licitante arrematante atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1 - SICAF;

8.2.2 - Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

8.2.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.2.4 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 ARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
 CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

8.5 - Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta vencedora quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, a sua exequibilidade e à adequação ao objeto em relação a este Edital e em seus anexos, observando o disposto nas normas cabíveis.

8.6 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1 - conter vícios insanáveis;

8.6.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7 - O licitante arrematante deverá apresentar em sua proposta econômica, sob pena de desclassificação, a declaração de que ela compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, o licitante arrematante será declarado classificado, caso tenha atendido a todas as exigências do Edital e seus Anexos, e o Pregoeiro iniciará, a fase de habilitação.

8.9 - Se a proposta vencedora for desclassificada, o Pregoeiro retornará a etapa de negociação e, em seguida, examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do Edital e seus anexos.

8.9.1 - Se todos os licitantes forem desclassificados e/ou inabilitados, o Pregoeiro irá declarar fracassado o item ou grupo de itens correspondente.

8.9.2 - A declaração do fracasso deverá observar os procedimentos descritos no tópico referente a fase de recurso.

9 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 - Encerrada a fase de julgamento, o Pregoeiro solicitará os documentos previstos no **Anexo II – Requisitos de Habilitação** para fins de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

9.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e no CRC/ES.





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

9.2 - Em se tratando de consórcio, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em relação a cada empresa consorciada, observando o item sobre participação em consórcio.

9.3 - Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados, em formato digital, por meio do sistema, e no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do Pregoeiro no sistema.

9.4 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).

9.5 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6 - A habilitação será verificada por meio do SICAF e do CRC/ES, nos documentos por eles abrangidos.

9.6.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.7 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e no CRC/ES e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.7.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.8 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e no CRC/ES serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no mesmo prazo de envio dos documentos de habilitação.

9.9 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

9.10 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, da apreciação e análise documental, o licitante classificado será declarado habilitado, caso tenha atendido a todas as exigências do Edital e seus Anexos, e, em seguida, o Pregoeiro irá declará-lo licitante vencedor.

9.11 - Se o licitante classificado for inabilitado, o Pregoeiro retornará a etapa de negociação e, em seguida, examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do Edital e seus anexos.

9.11.1 - Se todos os licitantes forem desclassificados e/ou inabilitados, o Pregoeiro irá declarar fracassado o item ou grupo de itens correspondente.





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

9.12 - A declaração do licitante vencedor e o fracasso do item ou grupo de itens deverão observar os procedimentos descritos no tópico referente a fase de recurso.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

10.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata referente a declaração de vencedor da licitação ou do fracasso do item ou grupo de itens.

10.3 - Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de licitantes, em que se declarar o vencedor da licitação ou o fracasso um item ou grupo de itens, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, por meio do sistema, e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, acerca da declaração de vencedor ou do fracasso do item ou grupo de itens, bem como da abertura do prazo para manifestação imediata, conforme estabelecem os subitens seguintes:

10.3.1 - A declaração do licitante vencedor ocorrerá na fase de habilitação e o fracasso do item ou grupo de itens na fase de julgamento ou habilitação, conforme o caso, momento em que o sistema tramitará, automaticamente, para a fase de recurso.

10.3.2 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada uma única vez e imediatamente na fase de recurso, sob pena de preclusão;

10.3.3 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.4 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata referente a declaração de vencedor da licitação ou do fracasso do item ou grupo de itens, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.4 - Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis a contar do término do prazo de apresentação das razões recursais, ficando, desde logo, intimados, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

10.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs, no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

10.11 - Quando se tratar de licitação que adotar o sistema de registro de preços, na hipótese de nenhum licitante manifestar intenção de recorrer ou decididos os recursos apresentados que confirmem a regularidade dos atos praticados, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, por meio do sistema, e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, acerca da convocação para formação de cadastro de reserva, bem como da abertura do prazo para manifestação imediata, conforme estabelecem os subitens seguintes.

10.11.1 - a intenção de aderir deverá ser manifestada uma única vez e imediatamente na fase de recurso, sob pena de preclusão;

10.11.2 - o prazo para a manifestação da intenção de aderir não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.11.3 - o prazo para aderir será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata referente a convocação.

10.11.4 - O pedido fora do prazo não será conhecido.

10.11.5 – Todos os pedidos deverão ser deferidos, salvo aqueles que, por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, poderão ser negados.

10.12 - Encerrado o prazo para manifestação da intenção de aderir e decididos os pedidos apresentados, o Pregoeiro iniciará a fase de adjudicação e homologação.

11 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1 - Inexistindo recursos ou decididos aqueles apresentados e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

11.2 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

11.2.1 - Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

11.2.2 - Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

11.2.3 - No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

11.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante adjudicatário durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

11.4 - Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

11.5 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.6 - Se a proposta não for mais aceitável, ou se o licitante adjudicatário não mais atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro observará o disposto no art. 90 e seguintes da Lei 14.133/2021.

12 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - Após a homologação, o licitante adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais.

12.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante adjudicatário, desde que a solicitação seja tempestiva e devidamente justificada e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante adjudicatário a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.4 - O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.5 - Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o caput deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

12.6 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
COMPANHIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

12.7 - Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante adjudicatário.

12.8 - Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.8.1 - dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.8.2 - dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.9 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.9.1 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante adjudicatário.

12.9.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.10 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.10.1 - quando o licitante adjudicatário não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.10.2 - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 51 e 52 do Decreto 5354-R/2023.

12.11 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas por ele a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.11.1 - convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.11.2 - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 ARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
 CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

13.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

13.1.2 - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

13.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3 - não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5 - fraudar a licitação;

13.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

13.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, bem como a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

13.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

13.3.1 - multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

13.3.2 - impedimento de licitar e contratar; e





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 ARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
 CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

13.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.4 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

13.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência.

14 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados pelo **Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES** (<https://portalsiades.es.gov.br/>) ou protocolizados no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, ou enviadas para o e-mail licitacao@sejus.es.gov. Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo impugnante.

14.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.4 - Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente, a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.

14.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.6 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.7 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por publicação em campo próprio do sistema e juntamente com o Edital e seus Anexos, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando os interessados obrigados a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS





**NO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
CIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

- 15.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no **Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIADES** (<https://portalsiades.es.gov.br/>).
- 15.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo II – Requisitos de Habilitação
- Anexo III – Estudo Técnico Preliminar - ETP
- Anexo IV – Modelos do Edital
- Anexo V – Minuta de Ata de Registro de Preços

Vitória, 14 de maio de 2026.

SUELLEN DE SOUZA ALVES
Agente de Contratação/SEJUS





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 021/2025

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA CONserto DE PORTAS

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de consumo para conserto de portas, visando atender às necessidades das unidades prisionais e setoriais da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS.

1.2. Aquisição nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

LOTE	ITEM	CÓDIGO SIADES	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID. DE MEDIDAS	SEJUS		QUANTITATIVO POR ÓRGÃO PARTICIPANTE			QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR QUANTIDADE
					QTD. MÍN	QTD. MÁX	FUNDAÇÃO CARMÉLIA	HESVV	SRSV			
1	1	601900	ALICATE/TESOURA CORTA VERGALHÃO - 36 POL - IDEAL PARA CORTAR PINOS E BARRAS DE AÇO, METAIS RESISTENTES, CADEADOS, PARAFUSOS E CORRENTES.	UNID.	5	37	1	15	10	63	R\$ 348,72	R\$ 21.969,36
	2	615874	ALICATE CRIMPADOR HIDRÁULICO - TERMINAL DE 16MM A 300MM; COM MALETA DE TRANSPORTE E MATRIZES	UNID.	2	10	2	15	0	27	R\$ 711,56	R\$ 19.212,12
	3	474209	PORTA ELETRODO 300A	UNID.	54	111	0	0	0	111	R\$ 35,37	R\$ 3.926,07
	4	366649	MÁSCARA PARA SOLDA, MANUAL, COM VISOR ARTICULADO; INDICADA PARA PROTEÇÃO FACIAL EM PROCESSOS DE SOLDA EM GERAL, ACOMPANHA LENTE INCOLOR, CARNEIRA COM AJUSTE SIMPLES; DEVE CONTER CERTIFICADO DE APROVAÇÃO	UNID.	87	111	0	0	0	111	R\$ 67,63	R\$ 7.506,93
	5	262685	ELETRODO PARA SOLDA - 2,5MM - CLASSIFICAÇÃO 6013	KG	14	2.000	2	20	0	2.022	R\$ 23,81	R\$ 48.143,82
2	1	453499	DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 4" 1/2	UNID.	11	10.000	2	25	0	10.027	R\$ 3,79	R\$ 38.002,33
	2	453499	DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 7"	UNID.	13	10.000	3	0	0	10.003	R\$ 9,16	R\$ 91.627,48
	3	453499	DISCO DE DESBASTE 4"	UNID.	3	5.500	0	0	0	5.500	R\$ 16,60	R\$ 91.300,00
	4	453499	DISCO DE DESBASTE 7"	UNID.	21	5.550	2	0	0	5.552	R\$ 18,10	R\$ 100.491,20





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

	5	453499	DISCO FLAP; GRAO 80; 4 1/2 IDEAL PARA AÇO E METAL	UNID.	8	3.200	0	25	0	3.225	R\$ 4,62	R\$ 14.899,50
	6	453499	DISCO FLAP; GRAO 80; 7x 7/8 POL, IDEAL PARA AÇO E METAL	UNID.	135	3.200	0	0	0	3.200	R\$ 23,23	R\$ 74.336,00
3	1	325332	ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHADEIRA 4"	UNID.	27	100	2	0	0	102	R\$ 41,75	R\$ 4.258,50
	2	325332	ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHADEIRA 7"	UNID.	270	100	0	0	0	100	R\$ 60,01	R\$ 6.001,00
	3	359673	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 36	UNID.	150	1.000	3	200	0	1.203	R\$ 2,53	R\$ 3.043,59
	4	359673	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 80	UNID.	150	1.000	0	200	15	1.215	R\$ 3,30	R\$ 4.009,50
	5	321737	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 100	UNID.	270	1.000	2	200	0	1.202	R\$ 3,23	R\$ 3.882,46
4	1	383842	PERFIL U SIMPLES EM AÇO GALVANIZADO - 45x17x01,80x6000	UNID.	25	300	0	0	0	300	R\$ 51,72	R\$ 15.516,00
	2	371150	BARRA CHATA DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2 X 1/4 (38,10x6,35mm) - 6 metros	UNID.	27	400	0	0	0	400	R\$ 106,78	R\$ 42.712,00
	3	351378	CANTONEIRA DE AÇO GALVANIZADO - PERFIL DE 2" 1/4 - 50,80 - 6M	UNID.	27	300	0	50	0	350	R\$ 267,14	R\$ 93.499,00
	4	283836	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA EXPESSURA 3MM (1200x3000) mm	UNID.	27	500	0	0	0	500	R\$ 686,44	R\$ 343.220,00
5	1	320348	MASSA PLÁSTICA RÁPIDA CINZA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	KG	87	500	2	0	0	502	R\$ 28,28	R\$ 14.196,56
	2	424251	CONVERTEDOR DE FERRUGEM EM BASE PARA PINTURA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	GL. 5L	37	1.000	2	0	0	1.002	R\$ 176,80	R\$ 177.153,60
	3	451056	PRIMER FUNDO ESPECIAL PARA AÇO GALVANIZADO; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA ENTREGA	GL. 3,6L	135	800	3	0	0	803	R\$ 156,38	R\$ 125.573,14
	4	259735	THINNER COMUM; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	GL. 5L	8	1.000	1	0	2	1.003	R\$ 83,03	R\$ 83.279,09
	5	231857	ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 5cm	UNID.	25	5.000	3	20	10	5.033	R\$ 10,07	R\$ 50.682,31
	6	231857	ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 10cm	UNID.	27	5.000	4	20	0	5.024	R\$ 14,08	R\$ 70.737,92
VALOR GLOBAL											R\$ 1.549.179,48	

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito neste Termo, com as do Sistema Administrativo Digital do ES (SIADES), prevalecerão as especificações constantes neste Termo de Referência. Para elaboração da proposta o participante deve se basear no descritivo contido neste Termo de Referência.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.6. Em caso de prorrogação da vigência da ARP, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

1.7. Admite-se a prorrogação antecipada da ARP quando houver o esgotamento do quantitativo de, ao menos, um de seus itens, hipótese em que a prorrogação de um item implicará a prorrogação dos demais na mesma data, independentemente do quantitativo remanescente para cada item.

1.8. Na hipótese da prorrogação antecipada de que trata o item anterior, o novo prazo de vigência da ARP será de 1 (um) ano.

1.9. O modo de disputa será o aberto e fechado, conjuntamente, pela expectativa de trazer ganhos substanciais sobretudo no que diz respeito ao grau de economicidade, tendo em vista a ampliação da disputa entre os participantes e trazendo maior competitividade ao certame. Ainda, espera-se reduções significativas comparado ao valor estimado da licitação previsto neste documento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O licitante deverá oferecer proposta para a integralidade do quantitativo previsto de bens constantes neste Termo de Referência, devendo o licitante classificado



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

apresentar catálogo técnico dos produtos ofertados, contendo descrição detalhada, marca, modelo, imagens, características técnicas, certificações (se houver) e demais informações necessárias para comprovação da conformidade com as especificações estabelecidas.

Da Exigência de Amostras

4.2 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3 Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- 4.3.1 **Lote 1 – Item 4:** Máscara para solda, manual, com visor articulado;
- 4.3.2 **Lote 1 - Item 5:** Eletrodo para solda - 2,5mm - classificação 6013;
- 4.3.3 **Lote 2 - Item 1:** Disco de Corte para aço e ligas metálicas 4" 1/2;
- 4.3.4 **Lote 2 - Item 2:** Disco de Corte para aço e ligas metálicas 7";
- 4.3.5 **Lote 2 - Item 3:** Disco de Desbaste 4";
- 4.3.6 **Lote 2 - Item 4:** Disco de Desbaste 7";
- 4.3.7 **Lote 2 - Item 5:** Disco Flap; grão 80; 4 1/2 ideal para aço e metal;
- 4.3.8 **Lote 2 - Item 6:** Disco Flap; grão 80; 7x 7/8 pol.

4.4 Para os demais itens não listados no subitem anterior, a verificação da conformidade será realizada por meio da análise do catálogo técnico apresentado e da conferência no momento do recebimento.

4.5 Os catálogos apresentados deverão estar em formato digital (PDF ou imagem legível) e ser enviados dentro do prazo estabelecido pela Administração, por meio do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação da proposta.

4.6 As amostras poderão ser entregues na Gerência de Licitações e Contratos – GELIC, localizada na Avenida Governador Bley, n.º 236, Ed. Fábio Ruschi, 10º andar, Centro, Vitória/ES – CEP: 29.010-150, no prazo limite de 02 (dois) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

4.7 É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, ou não apresentação do catálogo técnico quando solicitado, a proposta será recusada.

4.9 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1 Para os itens **Lote 2 - Itens 1, 2, 3, 4,5 e 6** (discos) e **Lote 1 – Item 5** (eletrodo):

- Conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- Qualidade do material abrasivo (para os discos);
- Desempenho na aplicação a que se destina;
- Integridade física do produto.

4.9.2 Para o item **Lote 1 – Item 4** (máscara para solda):

- Conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- Qualidade do material;
- Vedação e proteção oferecida;
- Integridade e funcionamento dos componentes.

4.10 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), ou se o catálogo técnico não comprovar a conformidade com as especificações exigidas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

Da Subcontratação:

4.12 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da Garantia de Execução

4.13 Não haverá exigência de garantia da contratação, com fundamento nos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que o objeto da contratação não se refere à execução de obras ou serviços de engenharia, mas sim à aquisição de bens.





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Desta forma, a aquisição não apresenta complexidade técnica ou risco operacional significativo, tornando desnecessária a exigência de garantia.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias úteis, contados do (a) assinatura da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

5.1.1 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por até 20 (vinte) dias úteis, a critério da administração, mediante justificativa formal da contratada, a ser apresentada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis do término do prazo de entrega.

5.1.2 A prorrogação mencionada no item anterior será analisada e autorizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, e na ausência desse, a chefia imediatamente superior presente.

Locais de entrega e quantitativo dos Órgãos participantes:

LOTE	ITEM	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	Quant. Solicitada por Órgão	Endereço e Contato
1	1	SEJUS	ALICATE/TESOURA CORTA VERGALHÃO - 36 POL - IDEAL PARA CORTAR PINOS E BARRAS DE AÇO, METAIS RESISTENTES, CADEADOS, PARAFUSOS E CORRENTES.	37	Almoarifado Central da SEJUS: Rua Desembargador Gilson Mendonça, n.º 1169, Gurigica, Vitória/ES - CEP: 29046-140, Agendamento da entrega, com 72h de antecedência, pelo telefone: (27) 3194-0625 ou pelo e-mail: almoarifado@sejus.es.gov.br Horário de funcionamento: das 09 às 12h e das 13h às 16h (de segunda-feira a sexta-feira).
	2		ALICATE CRIMPADOR HIDRÁULICO - TERMINAL DE 16MM A 300MM; COM MALETA DE TRANSPORTE E MATRIZES	10	
	3		PORTA ELETRODO 300A	111	
	4		MÁSCARA PARA SOLDA, MANUAL, COM VISOR ARTICULADO; INDICADA PARA PROTEÇÃO FACIAL EM PROCESSOS DE SOLDA EM GERAL, ACOMPANHA LENTE INCOLOR, CARNEIRA COM AJUSTE SIMPLES; DEVE CONTER CERTIFICADO DE APROVAÇÃO	111	
	5		ELETRODO PARA SOLDA - 2,5MM - CLASSIFICAÇÃO 6013	2.000	
2	1		DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 4" 1/2	10.000	
	2		DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 7"	10.000	
	3		DISCO DE DESBASTE 4"	5.500	
	4		DISCO DE DESBASTE 7"	5.550	
	5		DISCO FLAP; GRAO 80; 4 1/2 IDEAL PARA AÇO E METAL	3.200	
	6		DISCO FLAP; GRAO 80; 7x 7/8 POL, IDEAL PARA AÇO E METAL	3.200	
3	1		ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHADEIRA 4"	100	





**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

	2	ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHADEIRA 7"	100
	3	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 36	1.000
	4	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 80	1.000
	5	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 100	1.000
4	1	PERFIL U SIMPLES EM AÇO GALVANIZADO - 45x17x01,80x6000	300
	2	BARRA CHATA DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2 X 1/4 (38,10x6,35mm) - 6 metros	400
	3	CANTONEIRA DE AÇO GALVANIZADO - PERFIL DE 2" 1/4 - 50,80 - 6M	300
	4	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA EXCESSURA 3MM (1200x3000) mm	500
5	1	MASSA PLÁSTICA RÁPIDA CINZA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	500
	2	CONVERTEDOR DE FERRUGEM EM BASE PARA PINTURA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	1.000
	3	PRIMER FUNDO ESPECIAL PARA AÇO GALVANIZADO; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA ENTREGA	800
	4	THINNER COMUM; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	1.000
	5	ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 5cm	5.000
	6	ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 10cm	5.000

Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

57.719

LOTE	ITEM	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	Quant. Solicitada por Órgão	Endereço e Contato
1	1	FUNDAÇÃO CARMÉLIA	ALICATE/TESOURA CORTA VERGALHÃO - 36 POL - IDEAL PARA CORTAR PINOS E BARRAS DE AÇO, METAIS RESISTENTES, CADEADOS, PARAFUSOS E CORRENTES.	1	Avenida Nossa Senhora da Penha, n° 2141. Santa Luiza, Vitória/ES. CEP 29045-401
	2		ALICATE CRIMPADOR HIDRÁULICO - TERMINAL DE 16MM A 300MM; COM MALETA DE TRANSPORTE E MATRIZES	2	
	3		PORTA ELETRODO 300A	0	
	4		MÁSCARA PARA SOLDA, MANUAL, COM VISOR ARTICULADO; INDICADA PARA PROTEÇÃO FACIAL EM PROCESSOS DE SOLDA EM GERAL, ACOMPANHA LENTE INCOLOR, CARNEIRA COM AJUSTE SIMPLES; DEVE CONTER CERTIFICADO DE APROVAÇÃO	0	
	5		ELETRODO PARA SOLDA - 2,5MM - CLASSIFICAÇÃO 6013	2	
2	1	DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 4" 1/2	2		
	2	DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 7"	3		
	3	DISCO DE DESBASTE 4"	0		
	4	DISCO DE DESBASTE 7"	2		
	5	DISCO FLAP; GRAO 80; 4 1/2 IDEAL PARA AÇO E METAL	0		
	6	DISCO FLAP; GRAO 80; 7x 7/8 POL, IDEAL PARA AÇO E METAL	0		
3	1	ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHADEIRA 4"	2		
	2	ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHADEIRA 7"	0		





**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

	3	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 36	3
	4	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 80	0
	5	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 100	2
4	1	PERFIL U SIMPLES EM AÇO GALVANIZADO - 45x17x01,80x6000	0
	2	BARRA CHATA DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2 X 1/4 (38,10x6,35mm) - 6 metros	0
	3	CANTONEIRA DE AÇO GALVANIZADO - PERFIL DE 2" 1/4 - 50,80 - 6M	0
	4	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA EXPESSURA 3MM (1200x3000)mm	0
5	1	MASSA PLÁSTICA RÁPIDA CINZA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	2
	2	CONVERTEDOR DE FERRUGEM EM BASE PARA PINTURA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	2
	3	PRIMER FUNDO ESPECIAL PARA AÇO GALVANIZADO; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA ENTREGA	3
	4	THINNER COMUM; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	1
	5	ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 5cm	3
	6	ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 10cm	4
Fundação Carmélia		34	

LOTE	ITEM	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	Quant. Solicitada por Órgão	Endereço e Contato
1	1	HESV	ALICATE/TESOURA CORTA VERGALHÃO - 36 POL - IDEAL PARA CORTAR PINOS E BARRAS DE AÇO, METAIS RESISTENTES, CADEADOS, PARAFUSOS E CORRENTES.	15	Setor de Patrimonio do Hospital Estadual de Vila Velha Dr. Nilton de Barros (HESV), situado a Avenida Anésio José Simões, 76 São Torquato Vila Velha – ES, CEP 29114-520. Tel.: (27) 3246 0940 – e-mail:hesvv.patrimonio@saude.es.gov.br – horário de funcionamento: segunda a sexta feira de 07:00hs as 16:00hs.
	2		ALICATE CRIMPADOR HIDRÁULICO - TERMINAL DE 16MM A 300MM; COM MALETA DE TRANSPORTE E MATRIZES	15	
	3		PORTA ELETRODO 300A	0	
	4		MÁSCARA PARA SOLDA, MANUAL, COM VISOR ARTICULADO; INDICADA PARA PROTEÇÃO FACIAL EM PROCESSOS DE SOLDA EM GERAL, ACOMPANHA LENTE INCOLOR, CARNEIRA COM AJUSTE SIMPLES; DEVE CONTER CERTIFICADO DE APROVAÇÃO	0	
	5		ELETRODO PARA SOLDA - 2,5MM - CLASSIFICAÇÃO 6013	20	
2	1		DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 4" 1/2	25	
	2		DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 7"	0	
	3		DISCO DE DESBASTE 4"	0	
	4		DISCO DE DESBASTE 7"	0	
	5		DISCO FLAP; GRAO 80; 4 1/2 IDEAL PARA AÇO E METAL	25	
	6		DISCO FLAP; GRAO 80; 7x 7/8 POL, IDEAL PARA AÇO E METAL	0	
3	1	ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHADEIRA 4"	0		
	2	ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHADEIRA 7"	0		
	3	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 36	200		
	4	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 80	200		





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

	5	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 100	200
4	1	PERFIL U SIMPLES EM AÇO GALVANIZADO - 45x17x01,80x6000	0
	2	BARRA CHATA DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2 X 1/4 (38,10x6,35mm) - 6 metros	0
	3	CANTONEIRA DE AÇO GALVANIZADO - PERFIL DE 2" 1/4 - 50,80 - 6M	50
	4	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA EXPESSURA 3MM (1200x3000)mm	0
5	1	MASSA PLÁSTICA RÁPIDA CINZA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	0
	2	CONVERTEDOR DE FERRUGEM EM BASE PARA PINTURA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	0
	3	PRIMER FUNDO ESPECIAL PARA AÇO GALVANIZADO; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA ENTREGA	0
	4	THINNER COMUM; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	0
	5	ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 5cm	20
	6	ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 10cm	20

Hospital Estadual de Vila Velha

790

LOTE	ITEM	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	Quant. Solicitada por Órgão	Endereço e Contato
1	1	SRSV	ALICATE/TESOURA CORTA VERGALHÃO - 36 POL - IDEAL PARA CORTAR PINOS E BARRAS DE AÇO, METAIS RESISTENTES, CADEADOS, PARAFUSOS E CORRENTES.	10	A entrega do material deverá ser realizada no Setor de Almoxarifado da SRSV/NREV, localizado na BR-262 km 0 (ao lado da Estação Ferroviária), Jardim América, Cariacica - ES. O horário de funcionamento é de 8h00 às 11h40 e de 13h00 às 15h00. Resaltamos que a altura máxima permitida para caminhões no local é de 3,70 metros.
	2		ALICATE CRIMPADOR HIDRÁULICO - TERMINAL DE 16MM A 300MM; COM MALETA DE TRANSPORTE E MATRIZES	0	
	3		PORTA ELETRODO 300A	0	
	4		MÁSCARA PARA SOLDA, MANUAL, COM VISOR ARTICULADO; INDICADA PARA PROTEÇÃO FACIAL EM PROCESSOS DE SOLDA EM GERAL, ACOMPANHA LENTE INCOLOR, CARNEIRA COM AJUSTE SIMPLES; DEVE CONTER CERTIFICADO DE APROVAÇÃO	0	
	5		ELETRODO PARA SOLDA - 2,5MM - CLASSIFICAÇÃO 6013	0	
2	1		DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 4" 1/2	0	
	2		DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 7"	0	
	3		DISCO DE DESBASTE 4"	0	
	4		DISCO DE DESBASTE 7"	0	
	5		DISCO FLAP; GRAO 80; 4 1/2 IDEAL PARA AÇO E METAL	0	
	6		DISCO FLAP; GRAO 80; 7x 7/8 POL, IDEAL PARA AÇO E METAL	0	
3	1	ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHADEIRA 4"	0		
	2	ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHADEIRA 7"	0		
	3	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 36	0		
	4	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 80	15		
	5	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 100	0		





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

4	1	PERFIL U SIMPLES EM AÇO GALVANIZADO - 45x17x01,80x6000	0
	2	BARRA CHATA DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2 X 1/4 (38,10x6,35mm) - 6 metros	0
	3	CANTONEIRA DE AÇO GALVANIZADO - PERFIL DE 2" 1/4 - 50,80 - 6M	0
	4	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA EXPESSURA 3MM (1200x3000)mm	0
5	1	MASSA PLÁSTICA RÁPIDA CINZA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	0
	2	CONVERTEDOR DE FERRUGEM EM BASE PARA PINTURA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	0
	3	PRIMER FUNDO ESPECIAL PARA AÇO GALVANIZADO; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA ENTREGA	0
	4	THINNER COMUM; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	2
	5	ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 5cm	10
	6	ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 10cm	0

Superintendência Regional de Saúde de Vitória

37

5.2. Em relação à SEJUS, os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da SEJUS, localizado na Rua Desembargador Gilson Mendonça, n.º 1169, Gurigica – Vitória/ES, CEP: 29.046-140, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h (nove horas) às 12h (doze horas) e das 13h (treze horas) às 16h (dezesesseis horas), em conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência;

5.3. A empresa deverá comunicar à SEJUS, com até 72h (setenta e duas horas) de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos produtos, pelo telefone (27) 3194-0625, ou pelo seguinte endereço de e-mail: almoxarifado@sejus.es.gov.br

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, a contar da notificação da contratada, devendo ser substituídos às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. O descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

5.6. Os produtos deverão ser novos e em primeiro uso.

5.7. Os materiais entregues pela empresa contratada serão conferidos com a amostra apresentada na licitação e, quando do recebimento dos itens no Almoxarifado, serão analisados pelo menos 10% (dez por cento) dos itens entregues, escolhidos aleatoriamente.





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

5.7.1 Na ocorrência da hipótese prevista no item anterior, a substituição dos itens divergentes deverá ser realizada dentro do prazo ordinário previsto na Ordem de Fornecimento, o qual não será ampliado pela entrega de itens não compatíveis com a amostra aprovada na licitação.

5.8. Não serão aceitos materiais que não apresentem as características estabelecidas neste instrumento, bem como aqueles diferentes da marca ofertada na proposta da empresa vencedora do certame licitatório.

5.9. Todos os custos, diretos e indiretos, referentes ao fornecimento do material deverão estar inclusos no valor final ofertado.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.10. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.11. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.12. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.13. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.14. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.15. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.16. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

5.17. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.18. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.19. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.20. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A ordem de fornecimento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 Após a assinatura da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5 Além do disposto acima, a gestão e fiscalização da execução obedecerá às seguintes rotinas:

6.5.1 **Compete ao gestor:**





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- a) Monitorar o andamento da execução;
- b) Coordenar eventuais reuniões para alinhamento entre as partes;
- c) Encaminhar notificações formais à contratada, sempre que necessário;
- d) Requisitar relatórios, informações ou documentos pertinentes à execução.

6.5.2 Compete ao fiscal:

- a) Acompanhar a entrega;
- b) Verificar a conformidade técnica dos bens e serviços prestados;
- c) Registrar eventuais não conformidades e propor medidas corretivas;
- d) Subsidiar o gestor com informações para o recebimento provisório e definitivo.

6.6 A execução da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) gestor (es) e fiscal (is) ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a execução do objeto.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca e modelo e demais informações constantes na nota fiscal.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1. Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.2.2. Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do material



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

7.17. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

7.18. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

Da Forma de Pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2 A justificativa para adoção do referido critério decorre pois, de acordo com o estudo técnico preliminar, a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que excederam os requisitos mínimos das especificações não serão relevantes para os fins pretendidos pela Administração. Em outras palavras, busca-se a



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

proposta mais vantajosa desde que atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital.

8.3 Nos termos do art. 8, inciso VI, do Decreto Estadual 5354-R de 2023, poderá ocorrer o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, e do proponente que mantiver sua proposta final, desde que não seja superior ao estimado.

Da Forma de Fornecimento

8.4 O fornecimento do objeto será parcelado.

8.5 A justificativa para adoção da referida forma parcelada de aquisição, se justifica pela própria natureza do Sistema de Registro de Preços, no qual os bens são adquiridos de acordo com a demanda apresentada (apesar de termos uma média de utilização), bem como de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

Das Exigências de Habilitação

8.6 Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no “ANEXO II - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO” deste Termo de Referência.

Justificativa dos requisitos da qualificação técnica

8.6.1 A qualificação técnica busca afastar das contratações públicas, licitantes que por pouca ou nenhuma experiência sejam incapazes de fornecer os materiais a serem registrados, nas quantidades especificadas na Ordem de Fornecimento. Nesse sentido, busca-se a comprovação de que a empresa licitante, como unidade jurídica e econômica, já forneceu anteriormente para entes públicos ou privados, objetos similares ao previsto para a contratação almejada.

8.6.2 A exigência de qualificação econômico-financeira tem como objetivo assegurar que a empresa possui capacidade financeira para cumprir as obrigações assumidas, garantindo a adequada execução do objeto e reduzindo os riscos de inadimplemento durante a execução.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

8.6.3 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

8.6.4 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

10.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

10.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

10.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer a revisão, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

10.2.1 O requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:

11.1.1. Descumprir as condições da ARP;

11.1.2. Não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

11.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.

11.2. Na hipótese do item 11.1.4, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.3. O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.4.

11.4. Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:

11.4.1 Por razões de interesse público; ou

11.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.549.179,48 (um milhão, quinhentos e quarenta e nove mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos)**, conforme Pesquisa de Preços realizada pela Subgerência de Compras.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

13.2.1. Gestão/Unidade: 460101;





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

13.2.2. Fonte de Recursos: 1.5.00.000000; 1.5.01.000000; 2.5.00.000000; 2.5.01.000000.

13.2.3. Programa de Trabalho: 10.46.101.14.421. 0053. 3809 – MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL;

13.2.4. Elemento de Despesa: 4.4.90.52.

28 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL;

Programa de Trabalho: 10.46.101.14.421.0053.2119 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

24 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS E INSTALAÇÕES;

25 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS;

42 – FERRAMENTAS.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial da ordem de fornecimento;
- b) Der causa à inexecução parcial da ordem de fornecimento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da ordem de fornecimento;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preço;
- f) Praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preço;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, 2013.





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da ordem de fornecimento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021);

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta Ata, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021);

14.2.4. Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (sessenta) dias;

b) Multa compensatória de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do Ata de Registro de Preço, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 14.1

c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre da ordem de fornecimento, para as infrações descritas nas alíneas “b” a “h” do subitem 14.1;

14.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, convertendo a multa moratória em multa compensatória (art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

14.4. Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

14.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

14.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) aos danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

14.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

14.9.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

14.9.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

14.9.3. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

14.9.4. O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

14.9.5. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

14.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

14.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

14.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

14.14. Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

14.14.1. Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

14.15. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

15.1. É vedada à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório.

15.2. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for de alta complexidade ou vulto, o que não seria o caso do objeto sob exame.

15.3. O objeto em apreço não se enquadra como de alta complexidade, tampouco bem de grande vulto econômico, ou seja, em seu termo de referência não traz nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

15.4. A admissão de consórcios em objetos de baixa complexidade e de pequeno valor econômico configura afronta ao princípio da competitividade, pois possibilitaria, com o consentimento da Administração Pública, a união de concorrentes que, individualmente, poderiam competir entre si. A restrição visa garantir a ampla competitividade, evitando a formação de grupos que poderiam prejudicar a concorrência e a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

16. OUTRAS DISPOSIÇÕES

16.1 Somente serão aceitas propostas que cotarem integralmente o quantitativo máximo estimado para todo (s) o (s) item (ns) do lote, sendo registrado apenas o preço do licitante declarado vencedor, sem prejuízo da possibilidade de convocação dos classificados subsequentes, se a contratação com o originalmente vencedor fracassar, desde que suas propostas se apresentem vantajosas à Administração.

16.2 Fica vedada a subcontratação no todo ou em parte do objeto contratado.

16.3 Serão utilizados o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais (E-Docs.) Do Governo de Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos para a devida comunicação entre a Contratante e a Contratada, sendo considerados recebidos no ato do envio.

16.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal o disposto no Edital e na Ata de Registro de Preços quanto ao procedimento e outras condições.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

16.5 Em complementação ao disposto no presente Termo de Referência, as demais condições e obrigações estarão estabelecidas no edital e seus anexos.

16.6 Conforme o Decreto 5354-R, de 28 de março de 2023, é vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado.

16.7 Não será utilizado o instrumento de Medição de Resultados – IMR, tendo em vista que se trata de bens com entrega imediata, cujo resultado pode ser verificado imediatamente à entrega dos bens, por meio de conferência e contagem dos itens, conforme item 7.





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

ANEXO II - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1 Habilitação Jurídica

1.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3 **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

1.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1.9 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

1.10 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17 de outubro de 2022 (art. 146).

1.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.2.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- 2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);
- 2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.
- 2.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;
- 2.7 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- 2.8 Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.
- 2.9 Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:
- 2.9.1 A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.
- 2.9.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 2.9.3 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.
- 2.9.4 Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.
- 2.9.5 Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

2.9.6 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

2.9.7 A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

3 Habilitação Técnica

3.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

3.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o fornecimento de **materiais de construção, pintura, ferragens e abrasivos**, compatíveis com o objeto licitado, observados os quantitativos mínimos por lote, limitados a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado para cada lote, conforme tabela abaixo:

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL	
LOTE	Quantitativo mínimo
Lote 01	227 unidades
Lote 02	3.745 unidades
Lote 03	320 unidades
Lote 04	150 unidades
Lote 05	1.330 unidades

3.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

5.2.2 Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006 (conforme modelo constante no Anexo II.C do Edital).

5.3 Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

5.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Art. 3º da LC 123/06.

5.3.2 Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06 (conforme modelo constante no Anexo II.C do Edital).

5.4 Os documentos aos quais se refere este item deverão ser apresentados **juntamente com os documentos de habilitação**, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

(Assinado eletronicamente)
CRISTHIANE PARANHOS HONÓRIO
Assessora Especial II
GGAD / SEJUS

(Assinado eletronicamente)
PRISCILA DE ALMEIDA CARVALHO
Gerente de Gestão Administrativa
GGAD / SEJUS



Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CRISTHIANE PARANHOS HONORIO
ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05
GGAD - SEJUS - GOVES
assinado em 09/04/2026 15:48:47 -03:00

PRISCILA DE ALMEIDA CARVALHO
GERENTE QCE-03
GGAD - SEJUS - GOVES
assinado em 09/04/2026 15:51:54 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 09/04/2026 15:51:54 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por CRISTHIANE PARANHOS HONORIO (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGAD - SEJUS - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-SWRL0V>





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N.º 0024/2025

I. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo n.º: 2025-V95GM

Setor Requisitante: Gerência de Gestão Administrativa – GGAD.

II. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de materiais de consumo para conserto de portas, visando atender às necessidades das unidades prisionais e setoriais da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS. A pretendida contratação justifica-se em face da necessidade de atender às demandas das unidades prisionais e setoriais da SEJUS, que possuem uma alta demanda de reparos, manutenção e melhorias, especialmente no que se refere a portas e esquadrias.

Os materiais de consumo são indispensáveis para a execução de manutenções corretivas e preventivas das instalações, que demandam intervenções frequentes devido ao uso contínuo e à natureza específica de suas atividades. Tais ações visam garantir a segurança, o funcionamento adequado e a conservação das estruturas físicas, beneficiando diretamente servidores e custodiados.

A aquisição proporcionará maior autonomia operacional e agilidade na execução dos serviços internos, reduzindo a dependência de contratações emergenciais e assegurando a continuidade do serviço público com eficiência e economicidade.

Ressalta-se que a aquisição de materiais de consumo próprios e em quantidade suficiente contribuirá para reduzir a necessidade de contratações emergenciais ou terceirizadas, assegurando economicidade, autonomia e celeridade na execução das manutenções.

Portanto, a contratação justifica-se pela necessidade institucional de dotar as unidades prisionais de infraestrutura mínima essencial para a execução eficiente das atividades de manutenção predial e ressocialização, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, bem como com as diretrizes da Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/1984).





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

III. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação em questão está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA, instrumento de planejamento desta Secretaria. O PCA vigente (exercício 2026) encontra-se em processo de atualização, conforme Protocolo nº 2026-NQ01S7, a fim de contemplar adequadamente a demanda.

O plano atualizado poderá ser consultado no site institucional:
<https://sejus.es.gov.br/GrupodeArquivos/plano-anual-de-contratacoes>

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 4.1.1. A licitante deverá ser capaz de fornecer os materiais pelo preço registrado dentro do período de 1 (um) ano, prorrogável na forma da Lei.
- 4.1.2. A licitante deverá ser capaz de entregar o quantitativo solicitado em cada Ordem de Fornecimento no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis da assinatura da Ordem.
- 4.1.3. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;
- 4.1.4. Para o fornecimento dos materiais, objeto deste estudo técnico preliminar, a licitante deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012;
- 4.1.5. A licitante deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
- 4.1.6. A licitante deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- 4.1.7. A licitante deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
- 4.1.8. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, despesas comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
- 4.1.9. A proposta da licitante deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento;
- 4.1.10. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação;
- 4.1.11. A licitante deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos;
- 4.1.12. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;
- 4.1.13. Serão solicitadas amostras do licitante vencedor, quando necessário, com o objetivo de avaliar, por meio de observações e/ou testes, a qualidade do produto ofertado e sua correspondência com as especificações constantes do Edital, visando verificar a compatibilidade entre o material cotado e o material a ser entregue.
- 4.1.14. A verificação da conformidade dos produtos poderá, conforme a natureza do item, ser realizada por meio da análise de catálogo técnico ou documentação equivalente apresentada pela licitante.
- 4.1.15. Os itens deverão possuir qualidade comprovada, durabilidade e segurança no uso, considerando sua aplicação frequente em ambiente prisional, onde há maior desgaste por uso intensivo e exposição a condições diversas;
- 4.1.16. Além dos requisitos técnicos, a solução deve respeitar critérios de sustentabilidade, conforme previsto na legislação vigente, priorizando materiais de consumo que apresentem durabilidade compatível, baixo impacto ambiental





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

em sua produção e que possam ser acondicionados e descartados de forma adequada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.2. A licitação será realizada na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços, cuja ata resultante da licitação terá como validade o período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, com base nas disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, Decreto n.º 5354-R/2023 e demais normas correlatas.

4.3. A utilização de Sistema de Registros de Preços (SRP) se justifica pelos termos dos artigos 3º do Decreto n.º 5354-R, de 29 de março de 2023.

4.4. Outro ponto que justifica a realização da aquisição por meio de SRP se fundamenta no fato de que compras realizadas por este instrumento são financeiramente mais vantajosas, pois se tem um ganho em escala, uma vez que o SRP agrupa a demanda de vários órgãos e entidades num só processo de compra. Esta ação, além de viabilizar preços finais de compra mais baixos, evita que vários processos licitatórios sejam criados pelos órgãos e entidades, reduzindo custos e despesas administrativas, trâmites processuais, dentre outros.

4.5. O critério de julgamento da licitação será o de menor preço por item, conforme disposto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a proposta mais vantajosa à Administração Pública e a ampla competitividade entre os licitantes.

V. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

A quantidade estimada a ser contratada e a descrição do item juntamente com seu respectivo código no Sistema Administrativo Digital do ES - SIADES, estão demonstradas na tabela a seguir:

LOTE	ITEM	CÓDIGO SIADES	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID. DE MEDIDAS	SEJUS		QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO
					QTD. MÍN.	QTD. MÁX.		
	1	601900	ALICATE/TESOURA CORTA VERGALHÃO - 36 POL - IDEAL PARA CORTAR PINOS E BARRAS DE AÇO, METAIS RESISTENTES, CADEADOS, PARAFUSOS E CORRENTES.	UNID.	5	37	63	R\$ 348,72
	2	615874	ALICATE CRIMPADOR HIDRÁULICO - TERMINAL DE 16MM A 300MM; COM MALETA DE TRANSPORTE E MATRIZES	UNID.	2	10	27	R\$ 711,56
	3	474209	PORTA ELETRODO 300A	UNID.	54	111	111	R\$ 35,37
	4	366649	MÁSCARA PARA SOLDA, MANUAL, COM VISOR ARTICULADO; INDICADA PARA PROTEÇÃO FACIAL EM PROCESSOS DE SOLDA EM GERAL, ACOMPANHA LENTE INCOLOR, CARNEIRA COM AJUSTE SIMPLES; DEVE CONTER CERTIFICADO DE APROVAÇÃO	UNID.	87	111	111	R\$ 67,63
	5	262685	ELETRODO PARA SOLDA - 2,5MM - CLASSIFICAÇÃO 6013	KG	14	2.000	2.022	R\$ 23,81



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

2	1	453499	DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 4" 1/2	UNID.	11	10.000	10.027	R\$ 3,79
	2	453499	DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 7"	UNID.	13	10.000	10.003	R\$ 9,16
	3	453499	DISCO DE DESBASTE 4"	UNID.	3	5.500	5.500	R\$ 16,60
	4	453499	DISCO DE DESBASTE 7"	UNID.	21	5.550	5.552	R\$ 18,10
	5	453499	DISCO FLAP; GRAO 80; 4 1/2 IDEAL PARA AÇO E METAL	UNID.	8	3.200	3.225	R\$ 4,62
	6	453499	DISCO FLAP; GRAO 80; 7x 7/8 POL, IDEAL PARA AÇO E METAL	UNID.	135	3.200	3.200	R\$ 23,23
3	1	325332	ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHadeira 4"	UNID.	27	100	102	R\$ 41,75
	2	325332	ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHadeira 7"	UNID.	270	100	100	R\$ 60,01
	3	359673	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 36	UNID.	150	1.000	1.203	R\$ 2,53
	4	359673	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 80	UNID.	150	1.000	1.215	R\$ 3,30
	5	321737	FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 100	UNID.	270	1.000	1.202	R\$ 3,23
4	1	383842	PERFIL U SIMPLES EM AÇO GALVANIZADO - 45x17x01,80x6000	UNID.	25	300	300	R\$ 51,72
	2	371150	BARRA CHATA DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2 X 1/4 (38,10x6,35mm) - 6 metros	UNID.	27	400	400	R\$ 106,78
	3	351378	CANTONEIRA DE AÇO GALVANIZADO - PERFIL DE 2" 1/4 - 50,80 - 6M	UNID.	27	300	350	R\$ 267,14
	4	283836	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA EXPRESSURA 3MM (1200x3000)mm	UNID.	27	500	500	R\$ 686,44
5	1	320348	MASSA PLÁSTICA RÁPIDA CINZA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	KG	87	500	502	R\$ 28,28
	2	424251	CONVERTEDOR DE FERRUGEM EM BASE PARA PINTURA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	GL. 5L	37	1.000	1.002	R\$ 176,80
	3	451056	PRIMER FUNDO ESPECIAL PARA AÇO GALVANIZADO; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA ENTREGA	GL. 3,6L	135	800	803	R\$ 156,38
	4	259735	THINNER COMUM; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	GL. 5L	8	1.000	1.003	R\$ 83,03
	5	231857	ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 5cm	UNID.	25	5.000	5.033	R\$ 10,07
	6	231857	ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 10cm	UNID.	27	5.000	5.024	R\$ 14,08

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no levantamento das necessidades encaminhadas pelas unidades prisionais da SEJUS, considerando a quantidade de estabelecimentos penais ativos no estado e o volume médio de manutenções executadas.

A estimativa resultante contempla um conjunto de materiais de consumo dimensionado para suprir adequadamente as demandas de conserto de portas e esquadrias nas unidades prisionais ao longo do exercício, assegurando a continuidade das manutenções e o pleno funcionamento das estruturas prediais.

VI. LEVANTAMENTO DO MERCADO, ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O presente documento tem como objetivo apresentar o levantamento do mercado, a estimativa do valor da contratação e a justificativa da escolha da solução para a aquisição de materiais de consumo destinados ao conserto de portas e esquadrias, de modo a atender às demandas das Unidades Prisionais da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS).

A contratação é necessária para garantir a continuidade e a melhoria das atividades de manutenção predial realizadas nas unidades prisionais, que apresentam elevada demanda por reparos em portas, batentes e estruturas correlatas. Tais ações são essenciais para assegurar condições adequadas de funcionamento, segurança e salubridade nos ambientes carcerários.

Foi realizado levantamento de mercado com o intuito de identificar os preços praticados atualmente, a diversidade de marcas e modelos disponíveis, bem como a capacidade de fornecimento pelos principais distribuidores. A análise revelou ampla disponibilidade de materiais de consumo para manutenção (como discos de corte, escovas de aço, lixas, massa plástica, entre outros), com variações nos critérios de qualidade, resistência e custo.

Com base nos dados obtidos, foi possível estimar o valor da contratação, tomando-se a média dos preços identificados, conforme preconiza o art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Essa abordagem busca garantir a razoabilidade dos valores orçados e assegurar a economicidade do processo licitatório. A pesquisa foi realizada junto a fornecedores especializados, plataformas eletrônicas de comércio e registros de contratações similares por órgãos da Administração Pública.

Conforme levantamento realizado pela Subgerência de Compras da SEJUS, definiu-se a MÉDIA DE PREÇOS como referência para definição dos valores unitários, sendo apurado o valor total de **R\$ 1.549.179,48 (um milhão, quinhentos e quarenta e nove mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos)**.

Para definição da melhor solução, foram consideradas as seguintes alternativas:

1. Aquisição direta dos materiais de consumo (solução adotada)

- **Custos:** demanda investimento inicial para aquisição em quantidade compatível com as necessidades levantadas; necessidade de gestão de estoque.
- **Benefícios:** disponibilidade imediata para utilização nas manutenções; maior autonomia das unidades; padronização dos insumos; redução da dependência de contratações emergenciais; economicidade no médio prazo.

2. Locação de materiais de consumo

- **Custos:** modalidade inviável, pois itens de consumo não podem ser reutilizados; custo recorrente seria desproporcional e não justificável.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- **Benefícios:** não aplicáveis de forma significativa para esse tipo de material, já que não existe prática de locação de insumos consumíveis.
- 3. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços com fornecimento dos materiais**
- **Custos:** valor global mais elevado; redução do controle da Administração sobre a execução; dependência contratual; indisponibilidade imediata dos materiais para pequenas intervenções.
 - **Benefícios:** transferência da responsabilidade de gestão dos serviços para terceiros; possibilidade de especialização em alguns reparos.
- 4. Compartilhamento ou revezamento de materiais de consumo entre unidades**
- **Custos:** risco de atrasos devido à simultaneidade das demandas; custos adicionais de logística; maior desgaste e risco de extravio.
 - **Benefícios:** redução de aquisição inicial, mas de efeito limitado, já que os materiais de consumo se esgotam rapidamente.

Portanto, após análise das alternativas, a aquisição por meio de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), foi considerada a solução mais adequada, eficaz e vantajosa, conforme exigência do art. 18, §1º, V da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 17 e 18 do Decreto Estadual nº 5352-R/2023. Essa escolha está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público, bem como à política institucional de valorização da manutenção preventiva e ressocialização por meio das oficinas de capacitação.

VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A proposta apresentada consiste na aquisição de materiais de consumo destinados ao conserto de portas e esquadrias, a serem utilizados nas unidades prisionais vinculadas à Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS).

Os itens fornecidos serão utilizados na realização de serviços de manutenção predial de serralheria e reparos estruturais, com foco em portas, batentes e estruturas metálicas, visando assegurar a conservação e o pleno funcionamento das unidades do sistema penitenciário estadual.

Os materiais serão utilizados tanto por servidores quanto por pessoas privadas de liberdade que participam de oficinas de capacitação profissional e programas de laborterapia. Esses ambientes de trabalho supervisionado têm como objetivo não apenas realizar intervenções prediais necessárias, mas também fomentar a ressocialização por meio da qualificação técnica e do exercício de atividades laborais.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Os produtos deverão ser novos, originais de fábrica, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, garantindo resistência e qualidade compatíveis com a sua utilização em ambiente prisional, que exige insumos de alta durabilidade devido ao uso intensivo.

A entrega poderá ocorrer de forma centralizada no Almoxarifado Central da SEJUS/ES, localizado Rua Desembargador Gilson Mendonça, n.º 1169, Gurigica – Vitória/ES, CEP: 29.046-140, de segunda a sexta-feira, no horário das 9h (nove horas) às 12h (doze horas) e das 13h (treze horas) às 16h (dezesesseis horas).

A solução permitirá maior autonomia operacional das unidades, redução da dependência de contratações emergenciais e continuidade dos serviços de manutenção, garantindo também condições adequadas de trabalho e segurança às equipes envolvidas.

VIII. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando a natureza dos materiais de consumo a serem adquiridos para o conserto de portas, optou-se pelo parcelamento do objeto em 05 (cinco) lotes, estruturados de acordo com as características técnicas, forma de utilização e dinâmica de fornecimento dos itens.

O Lote 01 contempla ferramentas e insumos diretamente relacionados às atividades de solda e manuseio, como alicates, porta eletrodo, máscara e eletrodo, que possuem aplicação conjunta e são usualmente fornecidos por empresas do mesmo segmento.

O Lote 02 reúne os discos abrasivos, agrupados com vistas à obtenção de ganho de escala e padronização de fornecimento.

O Lote 03 abrange materiais de preparação de superfície, como escovas de aço e lixas, que apresentam similaridade de uso e fornecimento.

O Lote 04 compreende materiais metálicos estruturais, como perfis, barras, cantoneiras e chapas, cuja aquisição conjunta se mostra adequada sob o ponto de vista logístico e técnico.

O Lote 05 contempla materiais de pintura e acabamento, incluindo massa plástica, conversor de ferrugem, primer, thinner e rolinhos, itens que possuem relação direta de uso e aplicação.

A divisão adotada visa garantir maior coerência técnica entre os itens, otimizar a logística de fornecimento e possibilitar a participação de fornecedores especializados, sem prejuízo da competitividade.

Além disso, o parcelamento permite maior flexibilidade na condução do certame, possibilitando o prosseguimento da contratação mesmo em caso de eventual insucesso em determinados lotes, sem comprometer a totalidade da aquisição.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Dessa forma, a solução adotada observa a viabilidade técnica e econômica da contratação, em consonância com o disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios da eficiência, economicidade e competitividade.

IX. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui correlação com outras aquisições realizadas ou previstas anteriormente pela SEJUS, especialmente materiais de consumo e insumos voltados ao conserto e manutenção de portas, bem como aquisições relacionadas a materiais de construção, equipamentos de proteção individual (EPIs) e materiais elétricos e hidráulicos. Esses itens são frequentemente utilizados em conjunto com os materiais objeto desta contratação.

Embora não haja interdependência direta que impeça a execução isolada desta aquisição, o uso dos materiais de consumo para conserto de portas está integrado às rotinas de manutenção das unidades prisionais, as quais dependem de insumos complementares para sua plena realização. Além disso, a aquisição reforça e complementa ações já desenvolvidas nas oficinas de manutenção, bem como em atividades de capacitação profissional e laborterapia, que podem demandar materiais de consumo adicionais para o pleno funcionamento.

Portanto, trata-se de uma contratação autônoma em sua execução, mas que se articula com aquisições anteriores e outras medidas estratégicas da SEJUS, voltadas à manutenção da infraestrutura prisional, à segurança e à melhoria das condições de funcionamento das unidades.

X. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar aquisição mais vantajosa para o Estado, garantir tratamento isonômico entre os licitantes, a justa competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço inexequível ou superfaturamento na execução da aquisição.

A contratação dos materiais de consumo para conserto de portas visa proporcionar resultados concretos no âmbito da eficiência operacional, economia de recursos públicos e manutenção da infraestrutura prisional. O principal benefício esperado é o aumento da capacidade de resposta das unidades prisionais às demandas de manutenção predial, reduzindo a necessidade de contratações emergenciais ou serviços terceirizados para pequenos reparos.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Com o fornecimento adequado dos materiais de consumo, espera-se melhoria significativa na conservação das portas e instalações metálicas, impactando diretamente na segurança, salubridade e continuidade dos serviços essenciais nas unidades prisionais.

Em síntese, a contratação contribuirá para o aprimoramento da gestão da infraestrutura prisional, com impactos positivos em diversas frentes: operacional, econômica e social.

XI. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para assegurar a adequada execução da contratação, algumas providências deverão ser adotadas previamente pela Administração, conforme a natureza do objeto e os princípios da boa gestão pública. Dentre as principais ações previstas, destacam-se:

- Validação final do Termo de Referência, com detalhamento das especificações técnicas, estimativas de quantidades e valores atualizados;
- Definição do modelo de recebimento, centralizado ou descentralizado, com indicação dos servidores que atuarão como fiscais de recebimento;
- Adequação dos espaços de armazenamento, quando necessário, para acomodação dos materiais recebidos, em ambiente seguro e organizado;
- Reforço dos procedimentos de controle de uso e distribuição, garantindo que os materiais sejam utilizados adequadamente pelas equipes de manutenção;

Essas providências são fundamentais para garantir a eficiência na entrega, o controle sobre a distribuição dos itens e o cumprimento integral das cláusulas contratuais, prevenindo riscos operacionais e legais.

XII. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação envolve materiais de consumo que, embora não gerem impactos ambientais significativos em sua utilização rotineira, podem apresentar riscos ambientais pontuais, especialmente relacionados a:

- Geração de resíduos sólidos**, no caso de descarte de discos, lixas, escovas, massa plástica e demais materiais consumidos;
- Descarte inadequado de embalagens**, thinner, primers e conversores de ferrugem;
- Risco de contaminação indireta**, caso haja vazamento de produtos químicos ou resíduos de manutenção.

Para mitigar esses impactos, recomenda-se seguir as normas internas da SEJUS quanto ao uso, armazenamento e descarte dos materiais de consumo; dar preferência a fornecedores que



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

ANEXO I

ANÁLISE E MAPEAMENTO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO (inc. X do art. 18 e inc. I do art. 72 da Lei 14.133/2021, §7º do art. 17 do Decreto 5352-R/2023)

RISCO 1			
Descrição: Planejamento deficiente			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Pouco	<input type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Fase Impactada:	<input checked="" type="checkbox"/> Fase interna	<input type="checkbox"/> Fase externa	<input type="checkbox"/> Gestão do contrato
Id	Dano		
1.	Prejuízo ao atendimento das demandas das Unidades Prisionais		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme as necessidades desta SEJUS	GGAD	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Revisão de quantitativos	GGAD	

RISCO 2			
Descrição: Elaboração do Termo de Referência (necessidade de ajuste na descrição do item)			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Pouco	<input checked="" type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Fase Impactada:	<input checked="" type="checkbox"/> Fase interna	<input checked="" type="checkbox"/> Fase externa	<input type="checkbox"/> Gestão do contrato
Id	Dano		
1.	Poucos participantes em razão da descrição específica do item, existente, mas pouco comum no mercado		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Elaborar adequadamente o termo de referência conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste, pelo setor competente	GGAD e GA	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Refazer o Termo de Referência	GGAD E GA	





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

RISCO 3			
Descrição: Indisponibilidade financeira			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Pouco	<input type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Fase Impactada:	<input checked="" type="checkbox"/> Fase interna	<input type="checkbox"/> Fase externa	<input type="checkbox"/> Gestão do contrato
Id	Dano		
1.	A não contratação do objeto licitado e não atendimento das demandas dos setores desta SEJUS e órgãos participantes		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Planejamento financeiro para contratações		SGA e GEFIN
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Reprogramação de planejamento financeiro		SGA e GEFIN

RISCO 4			
Descrição: Fragilidade na pesquisa de preços			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Pouco	<input type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Fase Impactada:	<input type="checkbox"/> Fase interna	<input checked="" type="checkbox"/> Fase externa	<input type="checkbox"/> Gestão do contrato
Id	Dano		
1.	A pesquisa não refletir o valor praticado no mercado, podendo prejudicar o alcance da proposta mais vantajosa, propiciar riscos à ocorrência de sobre preço, com consequente prejuízo financeira à Administração Pública.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Definição adequada do método para estabelecer o preço de referência para a aquisição/contratação, de acordo com a Instrução Normativa n.º 73. de 05 de agosto de 2020.		SUBCOM
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Evitar contratações de produtos não adequados, em desacordo com o estipulado.		GELIC

RISCO 5

Descrição: Contratação de empresa que não tenha capacidade de executar o contrato			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Pouco	<input type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
Fase impactada:	<input type="checkbox"/> Fase interna	<input type="checkbox"/> Fase externa	<input checked="" type="checkbox"/> Gestão do contrato



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Id	Dano		
1.	Prejuízo ao atendimento das necessidades da Secretaria em razão da não entrega dos bens.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Avaliação da capacidade técnica operacional da empresa.	GELIC	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Rescisão contratual e chamamento do próximo colocado	GELIC	





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

ANEXO II

MEMORIAL DE CÁLCULO DE ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A presente memória de cálculo tem como finalidade apresentar a fundamentação técnica para definição da quantidade estimada de materiais de consumo para conserto de portas a serem adquiridos, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), destinados a suprir as necessidades das 37 unidades prisionais da SEJUS no âmbito da manutenção predial e das oficinas de capacitação profissional e laborterapia.

O cálculo das quantidades considerou os seguintes parâmetros:

1. **Distribuição mínima por unidade ou região:** cada estabelecimento prisional deve possuir os materiais essenciais para manutenção corretiva e preventiva, evitando paralisações e contratações emergenciais.
2. **Oficinas especializadas:** determinadas unidades, como PEVV 5, PEVV 3, PAES, PSME II e CASCUVV, possuem marcenarias e setores de capacitação que demandam equipamentos adicionais para a execução das atividades específicas.
3. **Compatibilidade técnica dos itens:** foram avaliadas as áreas de aplicação dos materiais de consumo — corte, lixamento, pintura e manutenção geral — garantindo adequação ao tipo de serviço realizado.
4. **Histórico de demandas:** consideraram-se registros de manutenções realizadas e solicitações de materiais em exercícios anteriores, ajustando as quantidades à média de consumo real das unidades.
5. **Expansão e crescimento das oficinas:** projetou-se o aumento gradual das atividades de capacitação profissional e laborterapia, que ampliam a demanda por materiais de consumo de uso coletivo.
6. **Reserva técnica:** foi incluída margem de segurança para reposição de itens que venham a sofrer desgaste natural, extravio ou perda de desempenho, evitando descontinuidade nos serviços.
7. **Atendimento à GEARE:** para a quantidade mínima, foi considerado o quantitativo de materiais indispensáveis ao atendimento direto da Gerência de Engenharia e Arquitetura (GEARE), responsável pelas intervenções estruturais de maior porte.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	MEMÓRIA DE CÁLCULO	
ALICATE/TESOURA CORTA VERGALHÃO - 36 POL - IDEAL PARA CORTAR PINOS E BARRAS DE AÇO, METAIS RESISTENTES, CADEADOS, PARAFUSOS E CORRENTES.	UNIDADE	5	37	Quantidade mínima: pelo menos 2 para Geare Norte, e 3 para metropolitana. Quantidade máxima corresponde a 1 para cada Unidade Prisional.	
ALICATE CRIMPADOR HIDRÁULICO - TERMINAL DE 16MM A 300MM; COM MALETA DE TRANSPORTE E MATRIZES	UNIDADE	2	10	Mínimo de 2 para cada polo GEARE (viana, norte, sul, vitória) mais uma margem de 2 sobressalentes.	
BARRA CHATA DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2 X 1/4 (38,10x6,35mm) - 6 metros	UNIDADE	11	400	A quantidade mínima corresponde ao atendimento, em média, de apenas 1 Unidade Prisional (números arredondados). O máximo é para o atendimento de toda as UP's, pelo período de 1 (um) ano.	
CANTONEIRA DE AÇO GALVANIZADO - PERFIL DE 2" 1/4 - 50,80 - 6M	UNIDADE	8	300		
CHAPA DE AÇO GALVANIZADA EXCESSURA 3MM (1200x3000)mm	UNIDADE	14	500		
CONVERTEDOR DE FERRUGEM EM BASE PARA PINTURA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	GALÃO 5L	27	1000		
DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 4" 1/2	UNIDADE	270	10.000		
DISCO DE CORTE PARA AÇO E LIGAS METÁLICAS 7"	UNIDADE	270	10.000		
DISCO DE DESBASTE 4"	UNIDADE	150	5500		
DISCO DE DESBASTE 7"	UNIDADE	150	5550		
DISCO FLAP; GRAO 80; 4 1/2 IDEAL PARA AÇO E METAL	UNIDADE	87	3200		
DISCO FLAP; GRAO 80; 7x 7/8 POL, IDEAL PARA AÇO E METAL	UNIDADE	87	3200		
ELETRODO PARA SOLDA - 2,5MM - CLASSIFICAÇÃO 6013	KG	54	2000		
ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHADEIRA 4"	UNIDADE	25	100		No mínimo 1 e no máximo 4 escovas para pra cada equipamento (esmerilhadeira) a ser adquirido (previsão máxima de aquisição de 25 esmerilhadeiras de 4" e 25 esmerilhadeiras de 7")
ESCOVA DE AÇO, MODELO: COPO, COM ROSCA, TRANÇADA PARA ESMERILHADEIRA 7"	UNIDADE	25	100		
FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 100	UNIDADE	27	1000	A quantidade mínima corresponde ao atendimento, em média, de 1 Unidade Prisional (números arredondados). O máximo é para o atendimento de toda as UP's, pelo período de 1 (um) ano.	
FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 36	UNIDADE	27	1000		
FOLHA DE LIXA PARA FERRO - GRAO 80	UNIDADE	27	1000		
MÁSCARA PARA SOLDA, MANUAL, COM VISOR ARTICULADO; INDICADA PARA PROTEÇÃO FACIAL EM PROCESSOS DE SOLDA EM GERAL, ACOMPANHA LENTE INCOLOR, CARNEIRA COM AJUSTE SIMPLES; DEVE CONTER CERTIFICADO DE APROVAÇÃO	UNIDADE	37	111	Quantidade mínima de 1 (um) para cada Unidade, correspondendo ao mínimo de 37 unidades. Quantidade máxima de 3 para cada operador de solda em cada Unidade Prisional.	
MASSA PLÁSTICA RÁPIDA CINZA; VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA	KG	13	500	A quantidade mínima corresponde ao atendimento, em média, de apenas 1 Unidade Prisional (números arredondados). O máximo é para o atendimento de toda as UP's, pelo período de 1 (um) ano.	
PORTA ELETRODO 300A	UNIDADE	3	111		
PRIMER FUNDO ESPECIAL PARA AÇO GALVANIZADO; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA ENTREGA	GALÃO 3,6L	21	800		
ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 10cm	UNIDADE	135	5000		





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

ROLINHO DE LÃ SINTÉTICA PELO BAIXO 5cm	UNIDADE	135	5000
THINNER COMUM; DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	GALÃO 5L	27	1000
PERFIL U SIMPLES EM AÇO GALVANIZADO - 45x17x01,80x6000	UNIDADE	8	300

As quantidades estimadas refletem a demanda operacional mínima para manter o funcionamento regular das atividades de manutenção e oficinas nas unidades prisionais, considerando tanto o uso por servidores quanto por custodiados em ambiente supervisionado.

A memória de cálculo serve como base justificadora para o quantitativo apresentado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), podendo ser ajustada conforme eventual revisão da área técnica ou limitação orçamentária, uma vez que se trata de registro de Preços.

Além disso, trata-se da primeira aquisição dessa natureza pela SEJUS para atendimento das unidades prisionais, razão pela qual os quantitativos refletem a demanda atual, acrescidos de uma pequena margem de segurança, considerando o constante crescimento das oficinas e o compromisso da SEJUS com as atividades de ressocialização dos custodiados.

XV. DA VALIDAÇÃO

Em atendimento ao Art. 13 do Decreto n.º 5354-E de 28/03/2023, certificamos que os itens solicitados neste Estudo Técnico Preliminar, atendem as demandas desta Secretária de Estado da Justiça - SEJUS.

(Assinado eletronicamente)
CRISTHIANE PARANHOS HONÓRIO
Assessora Especial
GGAD / SEJUS

(Assinado eletronicamente)
PRISCILA DE ALMEIDA CARVALHO
Gerente de Gestão Administrativa
GGAD / SEJUS



Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CRISTHIANE PARANHOS HONORIO
ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05
GGAD - SEJUS - GOVES
assinado em 09/04/2026 15:47:56 -03:00

PRISCILA DE ALMEIDA CARVALHO
GERENTE QCE-03
GGAD - SEJUS - GOVES
assinado em 09/04/2026 15:51:39 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 09/04/2026 15:51:39 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por CRISTHIANE PARANHOS HONORIO (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGAD - SEJUS - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-JVT3ST>





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

ANEXO IV – MODELOS DO EDITAL

ANEXO IV.A - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

_____ de _____ de _____.

PREGÃO Nº ____/____

Empresa: (Nome da Empresa)

À (Nome do Órgão)

Prezados Senhores,

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação.

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças, além de compreender a integralidade dos custos de direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajuste de conduta vigentes, de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

4 - Indicamos a seguinte modalidade de garantia do contrato, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021: _____

Atenciosamente,

(Nome do representante e assinatura)





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

**ANEXO IV.C – DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS**

**DECLARAÇÃO PARA FINS DE ATENDIMENTO AO §4º DO ARTIGO 3º DA LC
123/06**

Declaramos, para os fins do disposto no §4º do Artigo 3º da LC 123/06, que não possuímos nenhum dos impedimentos citados.

Cidade, ____ de _____ de _____.

Identificação e Assinatura





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

ANEXO V – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ___/____

Pregão nº 026/2026

Processo nº **2025-V95GM**

ID CidadES nº _____

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS, inscrita no CNPJ sob o nº 36.388.023/0001-62, com sede na Avenida Governador Bley, 236 – Ed. Fábio Ruschi – Centro, Vitória/ES, CEP. 29.010-150, representada legalmente pelo seu Subsecretário de Estado de Gestão Administrativa / Celso dos Santos Junior, nomeado pelo Decreto/Portaria nº 143-S, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DIO de 13 de fevereiro de 2019, portador da Matrícula Funcional nº 3168816, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº., RESOLVE registrar os preços das empresas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 14.133/2021, pelos Decretos Estaduais nº 5.354-R/2023 e 5.545-R/2023, e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de consumo para conserto de portas, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº ___/____, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 - O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Valor Total
1								
2								
n								

2.2 - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo I a esta Ata.

3 - ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTE

3.1 - O órgão gerenciador será a SEJUS.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

3.2 - São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços aqueles constantes na tabela do subitem 1.2 do Termo de Referência nº 021/2025, Anexo I do Edital.

3.3 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

4 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

- 4.1.1 - identificação da ARP de interesse;
- 4.1.2 - indicação dos itens e respectivas quantidades;
- 4.1.3 - endereços de entrega ou de prestação dos serviços;
- 4.1.4 - dados de contato do requerente;
- 4.1.5 - assinatura e identificação do subscritor; e
- 4.1.6 - outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.

4.2 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Dos limites para as adesões

4.5 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO, ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DA ATA E CADASTRO RESERVA





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

5.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 - Em caso de prorrogação da vigência da ARP, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

5.1.2 - Admite-se a prorrogação antecipada da ARP quando houver o esgotamento do quantitativo de, ao menos, um de seus itens, hipótese em que a prorrogação de um item implicará a prorrogação dos demais na mesma data, independentemente do quantitativo remanescente para cada item.

5.1.3 - Na hipótese da prorrogação antecipada de que trata o item anterior, o novo prazo de vigência da ARP será de 1 (um) ano.

5.2 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada, no prazo de validade da Ata, por intermédio de instrumento próprio, conforme previsto no Edital.

5.3 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4 - O contrato decorrente da Ata terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual.

5.5 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5.6 - Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei 14.133/2021.

5.7 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do licitante vencedor;

5.7.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.7.2.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.7.2.2 - Mantiverem sua proposta original.

5.7.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes na ata.

5.8 - O registro a que se refere o item 5.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

5.9 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.10 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.10.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.10.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.11 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.11.1 - Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 5.8 deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

5.12 - Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.12.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.13 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.14 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante adjudicatário.

5.15 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.15.1 - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.15.2 - Adjudicar e firmar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer a revisão, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

7.2.1 - o requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;

7.2.2 - a modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública;

7.2.3 - seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

7.3 - A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor, cabendo ao órgão ou entidade gerenciadora a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.4 - Ao receber o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora poderá decidir pela suspensão da ata, até a conclusão da análise.

7.5 - Comprovada a desatualização decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá:

7.5.1 - efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; e

7.5.2 - cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.

7.6 - Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e na ata.

7.7 - Na hipótese do cancelamento do registro de preços previsto no item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor ou que mantiveram sua proposta final.

7.8 - Excepcionalmente, na hipótese do item 7.6, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido sem a aplicação de sanções quando, constatada a existência de fato superveniente que implique em desatualização dos preços, não for possível quantificar seu impacto no valor originalmente registrado.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

7.9 - O reajuste e a repactuação dos preços registrados dependerão de requerimento do fornecedor, observando as normas aplicáveis aos contratos administrativos.

7.10 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8 - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas entre órgãos ou entidades participantes do lote, incluindo o gerenciador, quando este for participante, e para os quantitativos ainda não contratados.

8.2 - O órgão ou entidade solicitante realizará consulta formal e direta aos demais participantes informando o(s) item(ns) e o(s) quantitativo(s) que deseja.

8.3 - O órgão ou entidade cedente verificará a possibilidade de remanejamento e, se constatada a possibilidade, somente poderá autorizar o remanejamento mediante declaração de sua autoridade competente atestando a disponibilidade de saldo não contratado e a ciência quanto à redução do seu quantitativo solicitado.

8.4 - O órgão ou entidade solicitante deverá submeter o pedido ao órgão ou entidade gerenciadora juntamente com a justificativa para o acréscimo e a autorização de remanejamento do órgão ou entidade cedente.

8.5 - Recebido o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora verificará a conformidade da solicitação e procederá à formalização de termo aditivo.

8.6 - Em nenhuma hipótese o fornecedor beneficiário da ARP poderá negar ou condicionar o fornecimento ao órgão ou entidade participante que teve sua solicitação atendida em função do processo de remanejamento.

9 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE ADJUDICATÁRIO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 - O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:

9.1.1 - descumprir as condições da ARP;

9.1.2 - não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;

9.1.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.1.4 - sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

9.2 - Na hipótese do item 9.1.4, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3 - O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.4.

9.4 - Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:

9.4.1 - por razões de interesse público; ou

9.4.2 - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

10 - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e no contrato.

10.1.1 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 - É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito à execução dos contratos celebrados por órgão ou entidade participante ou aderente, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante ou aderente a aplicação da penalidade.

10.3 - O órgão ou entidade participante ou aderente deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas neste item, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 - CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2 - No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12 - DO FORO





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

12.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes (se houver).

Local, ___ de _____ de _____ (preencher).

Nome do Órgão Gerenciador
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Nome da Contratada
Representante (nome completo)
Documento de Identificação





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC**

Anexo V - Da Ata de Registro de Preços

Minuta de Ordem de Fornecimento

PREGÃO Nº .../2026

Ordem de Fornecimento nº ____ / ____.

Ref. Processo nº ____ - ____.

À

Empresa

--

Endereço:

--

CNPJ

Telefone

--	--

Autorizamos V.S.^a a fornecer o produto adiante discriminado, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital e Anexo I do **Pregão nº .../2026**, da Ata de Registro de Preços acima referenciada e sua proposta no **Processo nº**

I - DO OBJETO

(TRANSCREVER AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTES NO ANEXO I)

Marca/referência: _____;

QUANTIDADE/UNIDADE	VALOR UNITÁRIO EM R\$	VALOR TOTAL EM R\$

II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação Orçamentária: As despesas para aquisição dos produtos decorrentes da presente ordem de fornecimento correrão à conta da Atividade: ____ - ____; Elemento de Despesa _____ do orçamento do órgão requisitante para o exercício de _____.

III - DAS DEMAIS CONDIÇÕES

As condições de recebimento dos produtos, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto na ata de registro de preços em epígrafe.

Recebi o original desta Ordem de Fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

(Local), ____ de _____ de _____

Órgão

Recebi o original desta Ordem de Fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

(Local), ____ de _____ de _____

CONTRATADA



Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

SUELLEN DE SOUZA ALVES
PRESIDENTE (COMISSAO - NOVA LEI DE LICITACOES E CONTRATOS - SEJUS)
SEJUS - SEJUS - GOVES
assinado em 14/05/2026 09:18:45 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 14/05/2026 09:18:45 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por SUELLEN DE SOUZA ALVES (PRESIDENTE (COMISSAO - NOVA LEI DE LICITACOES E CONTRATOS - SEJUS) -
SEJUS - SEJUS - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-LNQ1TP>

